



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SCHROEDER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para implantação e manutenção de locação de solução em software para a gestão da informação da política de Assistência Social Municipal e do SUAS, para número ilimitado de usuários e equipamentos, incluindo os serviços de migração de dados, treinamento de usuários, suporte técnico, atualização tecnológica, hospedagem, da Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Schroeder/SC.

1.1. Descrição detalhada do objeto, quantidades e valor estimado, nos termos da tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Locação de solução de software para gestão pública na área da Política de Assistência Social, incluso custos de implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção e treinamento de usuários.	Mês	60	3.372,00	202.320,00

(x) Utilizado comparativo de valores anexo – *deixar tabela acima em branco*

2. Vigência do Contrato

A estimativa das quantidades para o período de 60 (sessenta) meses revela-se mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a natureza do objeto, que envolve a implantação, disponibilização, manutenção e suporte de solução tecnológica destinada à gestão das informações da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Contratações dessa natureza demandam etapas iniciais complexas e estruturantes, tais como a implantação da solução, migração e tratamento de dados existentes, parametrização do sistema conforme as rotinas administrativas da Secretaria Municipal, capacitação e treinamento dos usuários, além da adaptação dos fluxos de trabalho e processos internos à nova ferramenta tecnológica. Tais procedimentos exigem período razoável para consolidação do uso do sistema pelos profissionais da rede socioassistencial, de modo a garantir a correta alimentação, gestão e utilização das informações.

Nesse contexto, a definição de vigência contratual mais ampla possibilita que os custos e esforços inerentes às fases iniciais de implantação sejam diluídos ao longo da execução contratual, promovendo maior equilíbrio econômico da contratação e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Adicionalmente, a manutenção da mesma solução tecnológica por período mais prolongado assegura maior estabilidade operacional, continuidade dos registros administrativos e integridade do histórico de dados socioassistenciais, evitando riscos de descontinuidade do serviço, perda de informações relevantes e retrabalho administrativo decorrente de eventuais substituições frequentes de sistemas ou fornecedores.

Ressalta-se, ainda, que a definição da vigência contratual pelo período de 60 (sessenta) meses encontra amparo no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, o qual admite a celebração de contratos administrativos com prazo superior ao exercício financeiro quando a natureza do objeto assim exigir, especialmente em contratações que envolvam serviços contínuos e soluções tecnológicas cuja implantação, operação e manutenção demandem período mais amplo para sua plena execução e para a obtenção dos resultados esperados pela Administração.

Dessa forma, a previsão do prazo de 60 (sessenta) meses mostra-se tecnicamente adequada e juridicamente fundamentada, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, contribuindo para uma gestão mais eficiente das informações relacionadas à política pública de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

3. Fundamentação da contratação



Estado de Santa Catarina **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio de portarias do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e demais normativas complementares, atribui aos municípios a responsabilidade pela regulação, controle, avaliação e monitoramento das ações, serviços e atendimentos realizados no âmbito da política pública de assistência social.

A Assistência Social constitui direito do cidadão e dever do Estado, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Posteriormente, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), a assistência social passou a integrar o sistema de Seguridade Social, compondo, juntamente com a saúde e a previdência social, o tripé da proteção social brasileira.

Nesse contexto, a política de assistência social estrutura-se como uma política pública não contributiva, organizada de forma descentralizada e participativa, com gestão compartilhada entre União, Estados e Municípios, mediante cooperação técnica e cofinanciamento entre os entes federativos.

O SUAS organiza suas ações em dois níveis de proteção social:

- Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios voltados a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal ou social, em decorrência de violações de direitos, tais como abandono, maus-tratos, abuso, negligência, violência ou outras situações de vulnerabilidade.

Além da oferta de serviços socioassistenciais, o SUAS também contempla a concessão de benefícios assistenciais, destinados a públicos específicos e articulados aos serviços da rede socioassistencial, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

O sistema também estabelece mecanismos de regulação e monitoramento das entidades e organizações de assistência social, incluindo a manutenção do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e os processos de certificação de entidades beneficentes.

A gestão das ações e a aplicação dos recursos do SUAS são pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), sendo posteriormente acompanhadas e deliberadas pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, responsáveis pelo controle social da política pública.

Nesse cenário, a utilização de sistemas informatizados de gestão da informação torna-se fundamental para garantir a adequada organização, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da assistência social.

A solução de software permitirá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação qualificar a gestão das informações socioassistenciais, possibilitando o acompanhamento dos serviços, programas e benefícios ofertados à população, bem como o monitoramento das atividades desenvolvidas pelas unidades da rede socioassistencial.

Além disso, o sistema possibilitará a integração das informações entre os diversos serviços, permitindo que os profissionais tenham acesso ao histórico de atendimentos dos usuários, contribuindo para maior qualificação técnica das intervenções e melhor acompanhamento das famílias atendidas.

Outro benefício relevante refere-se à geração de relatórios e indicadores gerenciais, frequentemente solicitados por órgãos de controle e instâncias de gestão nas esferas municipal, estadual e federal. A automatização dessas informações reduz significativamente o tempo despendido pelas equipes técnicas na busca manual de dados, permitindo maior dedicação às atividades de atendimento e acompanhamento das famílias.

Assim, os sistemas de informação em assistência social constituem instrumentos essenciais para a qualificação da gestão pública, possibilitando a adoção de metodologias de monitoramento, avaliação e controle que garantam maior eficiência na execução das políticas públicas e no atendimento à população.

4.Requisitos da contratação

4.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já forneceu e implantou solução similar àquela exigida no presente edital.



Estado de Santa Catarina **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

4.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o maior nível de detalhamento possível acerca do objeto executado, ficando expressamente sujeito(s) à realização de diligência pela Administração, sempre que julgado necessário para a verificação da veracidade e da compatibilidade das informações apresentadas.

4.2 Fazem parte dos requisitos de contratação o atendimento aos itens apontados no anexo “Anexo - Especificações Técnicas da Solução”.

4.3 Fazem parte dos requisitos de contratação, a planilha de cálculo de avaliação da POC “Anexo - Itens a Analisar na Prova de Conceito (POC) e Pontuação”.

5. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto

- Maior eficiência na gestão da informação e dos recursos, com sistematização dos dados de modo estruturado e respostas mais rápidas;
- Melhoria no acompanhamento de dados e indicadores que impactam na qualidade da Assistência Social;
- Automação e digitalização de serviços cotidianos dos equipamentos socioassistenciais e da Secretaria;
- Sistema integrado de informação e base de dados unificada, permitindo transparência nas informações para prestação de contas e de informações aos órgãos de controle;
- Maior agilidade e transparência com o Prontuário digital dos usuários atendidos integrado em todas as unidades socioassistenciais;
- Maior eficiência na mensuração da execução física dos serviços socioassistenciais contribuindo para a garantia de repasses dos recursos do Governo Federal e Estadual;
- Diminuição do uso de recursos impressos;
- Padronização, agilidade, processamento mais preciso dos processos;
- Acompanhamento de dados que auxiliam nas estratégias;
- Possibilidade de maior agilidade na interlocução com atores do Sistema de Garantia de Direitos, permitindo uma comunicação mais efetiva no atendimento de solicitações da assistência social;
- Aumento da capacidade de atendimento ao público alvo;
- Melhoria da gestão dos serviços oferecidos;
- Estabelecimento de uma cultura de avaliação e uso de evidências na Assistência Social, garantindo um compromisso com o atendimento dos usuários;
- Utilização efetiva da tecnologia na assistência social, reduzindo o déficit das competências digitais entre os profissionais da assistência social;
- Gestão socioassistencial mais eficiente e baseada em dados confiáveis;
- Em suma, identifica-se que os resultados pretendidos com a contratação apontam para melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na Secretaria de Assistência Social, restando ao longo do tempo, eficiência e economicidade.

6. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento

O serviço deverá ser prestado de acordo com a descrição do item 4 no termo de referência e executado rigorosamente após a emissão da autorização de fornecimento que será enviada pelo responsável da secretaria solicitante, devendo ser expedida a nota fiscal/boleto após a execução do serviço, tendo como fiscal Nivea Maske Holderried.

7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do objeto, pela



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação. O pagamento será efetuado em nome da licitante na conta bancária especificada na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor

Empresa que atender os requisitos, e pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9. Data e Assinatura de quem fez o Termo de Referência

Schroeder/SC, 16 de março de 2026.

Nivea Maske Holderried

Matrícula 4727- Assessor 2 – Gerencia de Assistência Social